



## O “ser mulher” em programas telejornalísticos da Rede Clube<sup>1</sup>

### "Being a woman" in television news programs on Rede Clube

Victoria Saldanha Silva<sup>2</sup>  
Thamyres Sousa de Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** As representações construídas pelo telejornalismo acerca das mulheres são incisivas na reprodução e/ou subversão de padrões de gênero pré-estabelecidos. O artigo analisou as representações sociais em torno do “ser mulher” em programas telejornalísticos da emissora piauiense Rede Clube, veiculados em 8 de março de 2023. Utilizando a análise de conteúdo, os resultados revelam a mulher como um ser violentado, sensível, mas que também se apresenta outrora como forte e ativista.

**Palavras-chave:** telejornalismo; representações sociais; gênero; ser mulher.

**Abstract:** The representations of women in television journalism play a significant role in either reinforcing or subverting established gender norms. This article analyzes the social representations of "being a woman" in news programs broadcast by the Piauí-based network Rede Clube on March 8, 2023. Using content analysis, the results reveal women portrayed as victims of violence and as sensitive individuals, but also as strong and activist figures.

**Keywords:** television journalism; social representations; gender; being a woman.

---

<sup>1</sup> A pesquisa abrange um projeto de pesquisa maior, que se volta para 8 de março de 2022 e 2023. Parte da mesma foi apresentada no Grupo de Trabalho (Telejornalismo), evento integrante da programação do 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte (Intercom Norte), realizado de 22 a 24 de maio de 2024.

<sup>2</sup> Recém-graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). E-mail: [victoria.ssaldanha@gmail.com](mailto:victoria.ssaldanha@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Jornalista e mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: [thamyressousa@pcs.uespi.br](mailto:thamyressousa@pcs.uespi.br)



## Introdução

A construção das representações sociais da mulher no contexto do telejornalismo brasileiro é uma importante área de estudo para compreender as dinâmicas sociais, culturais e midiáticas que moldam as percepções sobre o feminino na sociedade contemporânea. Segundo Moscovici (1978), as representações sociais se constituem como um conjunto de conceitos, ideias e práticas que permeiam as interações sociais, refletindo e reforçando os valores, normas e estereótipos presentes em determinado grupo social.

No caso específico do telejornalismo, comunicação que assume um papel significativo na formação de opiniões, as representações acerca das mulheres são incisivas na reprodução e/ou subversão de padrões de gênero pré-estabelecidos. Nesse contexto, a análise dessas representações ganha relevância, especialmente diante da diversidade de abordagens presentes nos programas jornalísticos veiculados pelo país.

Vizeu (2009) destaca a importância de considerar não apenas o conteúdo explícito dos telejornais, mas também os discursos implícitos e as estratégias discursivas utilizadas na construção das narrativas midiáticas, evidenciando, assim, as complexidades das relações entre mídia, gênero e sociedade.

Tendo em vista o lugar de referência ocupado pelo telejornalismo (Vizeu, 2009), neste estudo, realizamos uma análise dos três programas jornalísticos da Rede Clube (Bom dia Piauí, Piauí TV 1 e Piauí TV 2), veiculados em 8 de março de 2023, com o intuito de investigar as representações sociais relacionadas ao “ser mulher”.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica conforme Martino (2018), uma vez que foi conduzida a partir de leituras sobre os temas telejornalismo e representações. Esta é também uma pesquisa documental, pois, conforme Fonseca (2002), trabalhamos com telejornais, materiais que ainda não receberam tratamento analítico.

Para isso, utilizamos como técnica de análise, a análise de conteúdo no contexto do telejornalismo, destacamos abordagens e técnicas conforme descritas por Bardin (2011) por meio de uma análise de conteúdo categorial. Na categoria “formatos”, buscamos entender que formas telejornalísticas foram utilizadas para construir os conteúdos telejornalísticos sobre o 8 de março de 2023. Já na categoria “enquadramento”, observamos como características técnicas



(enquadramento, cenário, quem fala) atuaram nas representações do “ser mulher” apresentadas pelos telejornais. Em seguida na categoria “ser mulher”, pretendemos entender como mulheres foram performatizadas nas produções e, por fim, na categoria “sugestão de melhorias” indicamos caminhos para melhorias e/ou pontos positivos das representações reforçadas.

Para atender ao objetivo da pesquisa, inicialmente, apresentamos o conceito de representações sociais focando na ótica de Serge Moscovici (1978) e associando-o ao telejornalismo e às abordagens que envolvem mulheres. Posteriormente, contextualizamos, brevemente, como a presença feminina foi/é percebida na sociedade brasileira e, em seguida, trouxemos o processo analítico.

### **1. Afinal, o que são representações sociais?**

As representações sociais são sistemas coletivos, dinâmicos e heterogêneos, que abrangem tanto ações sociais quanto psicológicas. São complexas e até ambíguas, tendo dimensões sociais e simbólicas. Elas desempenham funções práticas, permitindo que, tanto indivíduos, como grupos deem sentido à sua realidade, compreendam-se e se comuniquem. Além disso, essas representações servem para justificar comportamentos, construir e modificar identidades e relações, bem como para habitar mundos culturais, perspectivas e criar uma realidade compartilhada.

O conceito de representações sociais foi introduzido pela primeira vez pelo psicólogo social Serge Moscovici (1978). O autor sugeriu que novas ideias se tornam representações sociais por meio da comparação e da integração do que não é familiar com representações sociais já conhecidas.

Na sua tese de doutorado, intitulada “*La psychanalyse, son image, son public*” (1961), Moscovici explora a dinâmica da construção social da psicanálise como um molde científico. Neste trabalho, ele destaca a influência de Émile Durkheim como um dos pioneiros na concepção de que as representações desempenham um papel fundamental na apreensão de conceitos dentro do âmbito do conhecimento coletivo, em contextos que variam de grupos pouco estruturados a altamente organizados. Essas representações, portanto, funcionam como orientações para a ação social (Moscovici, 1961).



Para Durkheim (1970), as representações coletivas ajudam a ordenar e a dar sentido ao mundo, mas também expressam, simbolizam e interpretam as relações sociais. As representações coletivas inibem e estimulam a ação social, sua autoridade vem do fato de estarem dentro de todos nós e, ainda assim, serem externas ao indivíduo. Durkheim explicou as grandes transformações de valores (como a propagação dos valores do Iluminismo na Revolução Francesa) fazendo referência ao poder dessa "reunião" (ou densidade dinâmica), em que o mundo religioso está enraizado na vida coletiva, deixando o profano para o indivíduo.

Moscovici (1978) transformou as representações coletivas de Durkheim em representações sociais, passando-as da sociologia para a psicologia social. Ele reforça a ideia de que o indivíduo não concebe os objetos sociais nem a partir de uma realidade objetiva, nem de forma individual e sim reage a esses objetos com base em uma realidade coletiva e socialmente construída. Em vez de uma representação rígida que vem, de acordo com Durkheim, de uma consciência coletiva e transgeracional que caracteriza a sociedade, Moscovici (1978) apresenta a ideia de uma representação contextualizada, construída por meio de interações interindividuais.

A televisão, que atinge amplas audiências, e outros meios de comunicação, direcionados a grupos sociais específicos, desempenha um papel essencial na moldagem da perspectiva da realidade. É por meio das imagens da televisão que algumas representações se tornam cotidianamente acessíveis à maioria: elas, entre outros elementos, que contribuem para mediar o acesso à cultura, nivelando, conforme interesses mercadológicos e pessoais, o que é pertinente ser compreendido pelo público.

O papel da mídia na formação de representações vai além do que é escrito, abrangendo também as imagens veiculadas na TV. Em diversos ambientes, como em casa, no trabalho, espaços públicos, e assim por diante, as interações verbais costumam ser superficiais, muitas delas originárias do que se é visto ou lido na mídia. Essas conversas podem ter diferentes níveis de profundidade, mas é através delas que as representações sociais surgem e são efetivamente construídas.

A televisão e os programas jornalísticos têm estabelecido firmemente seu lugar como um domínio simbólico no Brasil. Juntos, desempenham um papel crucial na manutenção das estruturas de poder, exercendo assim um controle social significativo sobre a pauta cultural e



política da sociedade (Darde e Leme, 2016). O jornalismo, como prática social, está imerso em relações de poder, incluindo aquelas relacionadas ao gênero, o que torna necessário pensar sobre como ele participa na construção dessas dinâmicas.

Fundamentalmente é importante chamar a atenção para o fato de que também a mídia e o jornalismo estão constituídos por gênero e produzem relações de gênero e de poder que resultam em saberes acerca disso. Investigar os modos como o jornalismo está perpassado por gênero é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicas de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo (Silva, 2010, p. 63).

No campo do jornalismo, ainda persistem desigualdades relacionadas ao papel de gênero, que se refletem na escassa presença das mulheres, em especial as negras, em cargos de liderança e nas editorias mais influentes. Essa falta de representatividade contribui para a manutenção de uma cultura dominada por valores machistas dentro da profissão (Kebian; Sacramento, 2024. p. 2).

No contexto do telejornalismo, por exemplo, as mulheres têm histórico de sub-representação, frequentemente recebendo uma parcela mínima de tempo de tela, como relatam Pereira e Coutinho (2021) na pesquisa “A (ausência da) mulher como sujeito nos/dos telejornais: um deserto noticioso que contribui para a desinformação”. Durante muito tempo, eram raramente escolhidas para liderar equipes ou falar sobre temas considerados difíceis (economia, política...). Quando as jornalistas têm mais tempo de tela, geralmente é para abordar questões diretamente relacionadas ao gênero, como o Dia Internacional da Mulher ou tópicos associados ao comportamento, como moda, gastronomia e estilo de vida.<sup>4</sup>

A teoria das representações sociais de Moscovici (1978) analisa os comportamentos humanos de acordo com a maneira como o indivíduo interpreta e constrói seu ambiente social. As representações sociais podem ser consideradas sociais porque são compartilhadas por muitos indivíduos e criam uma realidade social que pode influenciar o comportamento individual.

---

<sup>4</sup> Mulheres no jornalismo brasileiro. Disponível em: [https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901\\_GN\\_relatorioV4.pdf](https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf). Acesso em: 28 mai.2025.



Nesta pesquisa, nos voltamos para representações em torno do gênero. Além de um conceito para entender a diferença entre sexo culturalmente construído, o gênero é uma abordagem vital para a pesquisa. É uma lente indispensável, originária do feminismo e da teoria política feminista, que se dedica a alcançar a igualdade para todas as pessoas (Araújo, 2005).

Tanto na ciência quanto na política, é comum associar o gênero exclusivamente às mulheres, o que muitas vezes leva a supor que abordar questões relacionadas às mulheres de maneira marginal, seja estatística ou retoricamente, é suficiente para considerar a visão de gênero. No entanto, adotar uma perspectiva de gênero implica observar de que maneira a construção social da diferença de gênero afeta os indivíduos em termos de suas identidades, experiências e relações de poder.

Os sistemas de gênero estão intimamente relacionados com as práticas sociais dos indivíduos e grupos que os compõem. Eles não existem de forma isolada, mas estão interligados com os significados que lhes dão suporte e desempenham um papel essencial na mudança desses sistemas. Nas sociedades patriarcais, predominantemente ocidentais e marcadas por processos coloniais, as estruturas sociais se organizam em torno de relações de poder baseadas no gênero. Nesses contextos, o gênero se torna uma das primeiras categorias pelas quais as crianças constroem sua identidade e compreendem seu lugar no mundo. Desse modo, ao abordarmos as mulheres na sociedade, este trabalho faz com que compreendamos, sobretudo, as práticas sociais que perpassam o “ser mulher” e são reproduzidas pelo telejornalismo.

## **2. Entre o olhar e o estereótipo: a representação social da mulher na sociedade e na mídia**

A forma como as mulheres são representadas na sociedade e os papéis que desempenham se alteraram ao longo da história. Contudo, inquestionavelmente, persistem, em diversos contextos, desigualdades de gênero enraizadas em preconceitos sexistas com raízes históricas.

Desde a infância, as normas de gênero moldam os papéis sociais e as expectativas de comportamento para homens e mulheres. As concepções acerca da liderança muitas vezes se apoiam em estereótipos tradicionais associados ao comportamento masculino, e essas



preconcepções são, frequentemente, utilizadas para julgar o desempenho das mulheres nos mais diversos âmbitos.

Ao longo de grande parte da história das sociedades ocidentais e em várias culturas, as mulheres foram relegadas a posições secundárias. As funções que envolviam poder ou remuneração significativa eram geralmente proibidas às mulheres, e os recursos financeiros que possuíam normalmente ficavam sob controle de seus maridos após o casamento. Além disso, elas eram detentoras de menos direitos legais, como o acesso à educação básica ou à prática de esportes predominantemente masculinos.

As expectativas sociais em relação às mulheres também se mostravam diferenciadas. Para as mulheres brancas, seu papel primordial era o de esposa e mãe. Já as mulheres negras, historicamente marcadas pelo peso da escravização, foram forçadas a ocupar papéis de maior subordinação ainda. Essa subordinação não era restrita aos homens: também diante das mulheres brancas e seus filhos, elas eram colocadas em posições de serviço e obediência. Esperava-se que fossem submissas e afetuosas, e seu valor era dado mais por sua aparência do que por suas realizações.

Apesar disso, diversas mulheres protagonizaram feitos extraordinários ao longo da trajetória humana, como o caso de Maria da Penha que, por 20 anos, lutou na justiça para provar as tentativas de assassinato por parte de seu ex-companheiro, resultando na criação da lei de n.º 11.340/2006<sup>5</sup> que carrega seu nome e define que a violência doméstica contra a mulher é crime.

A narrativa histórica ocidental, muitas vezes, se concentrou nos elementos de poder, como as guerras, monarcas, cenários políticos e econômicos, refletindo, assim, uma perspectiva predominantemente branca, elitista e masculina. Esta narrativa, de modo geral, foi perpetuada pela ótica dos homens brancos e privilegiados economicamente, dado que as mulheres, em sua maioria, enfrentaram restrições no exercício do poder, resultando na escassa documentação de seus feitos.

Até os anos 1970, a autoria e o foco das narrativas históricas eram majoritariamente masculinos (Soihet, 2001), pressupondo que as ações das mulheres se restringiam ao âmbito

---

<sup>5</sup> A lei data de 7 de agosto de 2006 e cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em 25 set de 2024.



doméstico. Sua caracterização como “desprovidas de interesse” era o que justificava a negligência em termos de registro e pesquisa.

Devido à essa concepção, a história das mulheres não era considerada como parte integral da “verdadeira história”. Os raros relatos femininos registrados, frequentemente falavam sobre figuras da realeza e aristocracia, enquanto as mulheres pertencentes às classes trabalhadoras, a grupos étnicos minoritários ou comunidades marginalizadas enfrentavam um apagamento ainda maior de suas histórias. Em sua pesquisa sobre a inclusão das mulheres na historiografia brasileira, Rago (1995, p. 81) evidencia que “todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção”.

Dentro da perspectiva cultural patriarcal, a percepção sobre as mulheres ainda acontece de maneira bastante restrita. No meio familiar, as atividades e responsabilidades domésticas, muitas vezes, são diferenciadas por gênero. Para as mulheres, a produção e a reprodução são duas atividades interligadas e as rende o título de “dona de casa”, grande parte do trabalho que elas realizam, embora produtivo, não é remunerado. Os homens, por sua vez, sempre desempenharam um papel menor no trabalho doméstico, mas seu trabalho remunerado fora de casa os valida como os reais líderes da família pela sociedade. Dessa forma, o pai, figura central do núcleo, detinha o título de provedor da família, atuando principalmente no espaço público.

A abordagem de desconstrução da estrutura patriarcal está definitivamente mais presente nas discussões atuais. Ao refletirmos sobre o caminho que nos trouxe até aqui, percebemos que a demora em reconhecer as conquistas das mulheres, no que diz respeito à liberdade de expressar abertamente suas necessidades, é, por si só, uma questão preocupante.

Em meio aos percalços, a busca das mulheres por igualdade social remonta a séculos, desde as mulheres acusadas de bruxaria na Idade Média até as manifestações das sufragistas em busca do direito ao voto. O feminismo é, fundamentalmente, uma resposta às opressões enfrentadas pelas mulheres e reconhece que as relações de gênero não são fixas ou determinadas pela natureza, mas sim moldadas por contextos sociais e culturais, e, portanto, passíveis de mudança (Jesus e Almeida, 2016).



O movimento abrange um conjunto de teorias e práticas que visam à emancipação e empoderamento das mulheres. A “primeira onda” do feminismo, que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, foi marcada por movimentos como o das sufragistas, que lutavam pelo direito das mulheres ao voto (Jardim, 2010). Este período foi essencial para desafiar os estereótipos de feminilidade da época, que limitavam as mulheres ao lar e as excluíam das esferas políticas. Hooks (2018) explica que a ideia popular de "libertação da mulher" ficou associada à busca por direitos e espaços tradicionalmente ocupados por homens, especialmente no mercado de trabalho. Essa visão, segundo a autora, era mais facilmente aceita pela sociedade, principalmente diante de crises econômicas e altos índices de desemprego, quando havia a necessidade de incluir as mulheres para fortalecer a economia do país.

No início do movimento, a sororidade era idealizada como uma união universal entre mulheres, mas, na prática, ignorava diferenças raciais e questões específicas da luta antirracista. A ausência de integração racial e a invisibilização das demandas das mulheres negras mostravam que a luta por igualdade de gênero, sozinha, não era suficiente para abarcar as múltiplas formas de opressão vividas por essas mulheres. Assim, as mulheres negras, mesmo ativas e engajadas no movimento desde o início, perceberam a necessidade de construir um espaço próprio para suas vozes e demandas — um feminismo que não apenas falasse de gênero, mas também de raça, classe e desigualdades estruturais (Hooks, 2018).

Para assegurar a memória e validar as conquistas das mulheres ao longo da História rumo à igualdade de gênero, foi instituído pela ONU em 1975, o Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março. Há divergências entre os pesquisadores sobre a real origem do dia 8 de março, inicialmente, quando líderes feministas nos Estados Unidos proclamaram a necessidade de igualdade de gênero, não esperavam descobrir se movimentos correspondentes estavam acontecendo entre mulheres de todo o mundo. Em vez disso, declararam-se libertas e, portanto, na posição de libertar as irmãs que tinham menos sorte, principalmente aquelas no “terceiro mundo” (Hooks, 2018. p.44).

No entanto, é incontestável que esse dia representa a força dos movimentos de mobilização feminina. No Brasil, “a luta das mulheres contra a ditadura de 1964 uniu, provisoriamente, as feministas e as que se autodenominavam membros do ‘movimento de mulheres’. A uni-las, contra os militares, havia uma data: o 8 de março” (Blay, 2001. p.6).



O surgimento do feminismo no Brasil acompanha o processo histórico do movimento feminista em alguns países da América Latina. A partir da primeira metade do século XIX, as mulheres também começaram a se organizar e a reivindicar direitos políticos, sociais e econômicos (Costa, 2005).

Foram os jornais os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de publicidade, aglutinação e resistência (Duarte, 2017). Através deles, as mulheres encontraram uma plataforma para divulgar e popularizar suas demandas e bandeiras. O primeiro periódico feminino brasileiro fundado e dirigido por uma mulher foi O Jornal das Senhoras, em 1852, no Rio de Janeiro. Ele apresentava matérias sobre moda, literatura e artes e tinha o objetivo de emancipar moralmente a mulher. Entretanto, ele só foi editado por três anos (Souza, 2012. p. 19). Os jornais e revistas produzidos por mulheres foram essenciais para dar voz às suas preocupações e para mobilizar outras mulheres em torno das questões de igualdade de gênero (Farias, 2015). Contudo, devemos compreender que, em meados do século XIX, o acesso aos jornais era bastante restrito para as mulheres negras. Entre as mulheres antes escravizadas, poucas sabiam ler e escrever, uma das exceções foi Esperança Garcia, que, no início do séc XVIII escreveu uma carta denunciando os abusos que sofria no interior do Piauí.

Nesse contexto, o jornalismo, como prática de comunicação e veículo de informação, desempenha um papel essencial na interpretação e na representação da realidade social (Vizeu, 2009). Esta colocação se torna ainda mais relevante quando se trata do jornalismo televisivo, uma vez que a televisão ainda é um dos principais meios de comunicação de massa em muitas sociedades contemporâneas<sup>6</sup>. O telejornalismo não se restringe apenas à transmissão de informações, mas também desempenha um papel fundamental como mediador entre os eventos sociais e o público, contribuindo para a formação de opinião e para a construção de narrativas sobre o mundo ao nosso redor.

Goffman (1985) argumenta que os indivíduos desempenham papéis sociais em interações cotidianas, moldando suas apresentações de si de acordo com as expectativas sociais

---

<sup>6</sup> Televisão é meio mais popular para acessar notícias no Brasil, diz pesquisa. Disponível em: <https://www.acaert.com.br/noticia/54743/televisao-e-meio-mais-popular-para-acessar-noticias-no-brasil-diz-pesquisa>. Acesso em: 29 mai de 2025.



e as normas culturais predominantes. Essa perspectiva do comportamento humano pode ser associada à esfera midiática, especialmente ao telejornalismo, em que a representação trabalha como agente construtor da realidade social.

Ao discutir o conceito de “fachada”, Goffman (1985) refere-se à imagem que os indivíduos apresentam ao mundo exterior, muitas vezes divergente de suas verdadeiras identidades e sentimentos. No telejornalismo, as fachadas são construídas não apenas pelos jornalistas, mas também pelas fontes de informação e pelas figuras públicas que aparecem na tela. A apresentação de uma imagem pública polida e controlada muitas vezes prevalece sobre a expressão autêntica de pensamentos e emoções, contribuindo para uma representação superficial e padronizada da realidade.

Desse modo, em contraponto, ao "lugar de referência" proposto por Vizeu (2009), é importante reconhecer o telejornalismo como não neutro ou imparcial. Assim como qualquer forma de mídia, o telejornalismo é influenciado por interesses políticos, econômicos e ideológicos, que moldam as escolhas editoriais e as narrativas apresentadas ao público.

### **3. Quem as define? análise do 8 de março nos telejornais da Rede Clube**

Nas etapas seguintes deste trabalho, conduzimos uma análise dos três programas jornalísticos da Rede Clube<sup>7</sup> (Bom dia Piauí, Piauí TV 1 e Piauí TV 2), veiculados no dia 8 de março do ano de 2023, com o objetivo de analisar as representações sociais em torno do “ser mulher”. Para isto, exploramos os aspectos da metodologia de análise de conteúdo aplicada ao contexto do telejornalismo, destacando abordagens e técnicas. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo busca compreender o significado das mensagens por trás de seu conteúdo, investigando suas influências. O objetivo principal é identificar e descrever as características do material de forma estruturada, permitindo inferências sobre os processos de produção e recepção dessas mensagens.

Herscovitz (2000) classifica a análise de conteúdo como um método que permite aos pesquisadores examinar ordenadamente o conteúdo de textos, imagens, vídeos ou outras formas

---

<sup>7</sup> A Rede Clube é uma emissora de televisão brasileira, afiliada à Rede Globo, localizada no estado do Piauí. Fundada em 1972, a emissora tem se destacado como um dos principais meios de comunicação do estado, com uma programação que inclui jornalismo, entretenimento e esportes.



de comunicação, buscando identificar padrões, temas e discursos subjacentes. Assim, organizamos as percepções iniciais dos telejornais de acordo com a temática do 8 de março, nos encaminhando para uma observação mais aprofundada sobre o “ser mulher” a partir das categorias elencadas (Formato, ser mulher, enquadramento) e detalhadas por meio do quadro 1. Em seguida, apresentamos melhorias que podem ser adotadas em outras produções telejornalísticas.

Quadro 1. Operadores de análise

<b>Categoria</b>	<b>O que se busca na categoria</b>
Formato	Categoria em que se busca entender que formas telejornalísticas foram utilizadas para construir os conteúdos telejornalísticos sobre o 8 de março de 2023 (reportagem, entrevista, ao vivo...)
O “Ser mulher”	Categoria em que buscamos entender como mulheres foram performatizadas nas produções
Enquadramento	Categoria na qual observamos como características técnicas (enquadramento, cenário, quem fala) atuaram nas representações do “ser mulher” apresentadas pelos telejornais.

Fonte: elaborado pelas autoras.

## **Formato**

Sobre a compreensão de reportagem, Traquina (2005) explica que este é um formato jornalístico que busca investigar, apurar e narrar acontecimentos de interesse público. Nesse sentido, ela serve como uma ferramenta para informar o público, oferecendo contexto, análise e diferentes perspectivas sobre os fatos apresentados.

Já formato de entrevista ocupa um lugar relevante de credibilidade e aproximação com o público, conforme apontado por Bucci (2000). A entrevista possibilita um espaço privilegiado para a discussão de questões importantes em tempo real, permitindo que os telespectadores tenham acesso direto às opiniões e perspectivas dos entrevistados. Reportagens e entrevistas foram formatos utilizados para enfatizar o ser mulher nos telejornais da Clube.

No 8 de março de 2023, o Bom Dia Piauí (BDPI) foi o carro-chefe da programação e teve maior número de conteúdos relacionados à data, divididos entre reportagem especial e entrevistas ao vivo (externas) e no estúdio. Além de utilizar as entrevistas ao vivo para



promover ações desenvolvidas pela emissora, com a campanha S.O.S Mulher<sup>8</sup>, o BDPI produziu uma reportagem especial sobre caminhos de resiliência para mulheres vítimas de violência e abuso, oferecendo informações valiosas e aproximando as mulheres de conhecimentos necessários. A abordagem se utilizou do um lugar de referência do telejornalismo, defendido por Vizeu (2009), para instruir a população sobre como identificar a violência e fortalecer a vítima.

No estúdio, a apresentadora Ângela Bispo recebeu uma representante da Comissão da Mulher Advogada da OAB para conversar sobre possibilidades jurídicas de proteção das mulheres, reforçando, através da defesa dos direitos, o caráter político do 8 de março. O telejornal ainda adaptou o quadro “Guia trabalhista” para a data, falando sobre os direitos das mulheres no mercado de trabalho. Discussão que contribui para que seja reforçada a representação de uma mulher que deve ser inserida no mercado de trabalho, ter seus direitos trabalhistas respeitados e ocupar espaços que o patriarcado delegou aos homens.

As duas edições do Piauí TV essencialmente replicaram a grade do telejornal da manhã, o PITV 1ª Edição, exibiu cinco entrevistas externas, uma em estúdio e uma reportagem, relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, além de reproduzir a reportagem especial apresentada mais cedo no BDPI. Na entrevista em estúdio, a proposta era de orientar mulheres sobre como se defender de crimes virtuais, temática atual e que reforça o quanto as mulheres são vítimas de uma sociedade violenta e misógina até mesmo no ciberespaço. O segmento teve duração de 5 minutos e 22 segundos, mas se limitou somente à listagem de alguns dos crimes, carecendo de informações e uma discussão mais aprofundada do tema, uma vez que foi apontada a situação de vulnerabilidade que as mulheres se encontram nas diversas redes em que estão inseridas.

O PITV 2ª Edição exibiu três reportagens associadas ao 8 de março, com duração entre 2 a 9 minutos, somente a reportagem de Josiane Sousa intitulada “Mulheres de diferentes gerações têm Esperança Garcia como referência” teve conteúdo inédito. Com 2 minutos e 25 minutos de duração, a matéria trouxe relatos de mulheres negras de diferentes idades que

---

<sup>8</sup> Com o objetivo de conscientizar e combater a violência contra a mulher, a campanha teve como foco a violência doméstica e o empoderamento feminino, promovendo a reflexão sobre a realidade das mulheres em situações de abuso, além de proporcionar apoio e informações úteis sobre buscar ajuda.



encontraram na história de luta de Esperança Garcia uma inspiração para superar os desafios impostos pelo patriarcado.

### **O “ser mulher”**

Nas matérias exibidas em toda a grade dos telejornais, grande parte dos perfis encontrados quanto ao “ser mulher” estavam relacionados à força feminina, em associação com a proposta da programação do ano de 2023, que teve como foco o combate à violência contra a mulher. Essa figura foi apresentada sob vários ângulos, desde mulheres que utilizam sua influência para combater a violência até aquelas que enfrentam e superam adversidades em espaços predominantemente masculinos.

Observamos também o perfil da mulher que procura informações para seu bem-estar e mudança de vida. Essa abordagem focou não apenas na dor e o sofrimento enfrentados, mas também na determinação dessas mulheres em superar desafios e buscar uma vida melhor. A programação incluiu histórias de mulheres que, após sofrer violência, tomaram a iniciativa de se informar sobre seus direitos e recursos disponíveis para reconstruir suas vidas.

O perfil da mulher que se mobiliza pelo bem-estar de todas apareceu como uma figura engajada em causas coletivas, mostrando um comprometimento com a melhoria das condições de vida e segurança para todas as mulheres. Outras representações importantes incluíram a mulher vítima de misoginia no ambiente de trabalho e acadêmico, mesmo as que ocupam posições de destaque nestes cenários, e apresentou os desafios enfrentados em áreas em que a discriminação ainda é uma realidade. A mulher ativista também foi destacada, explorando seu papel na luta por justiça social e igualdade de direitos.

Além disso, o “ser mulher” como mãe e profissional foi abordado, ilustrando a complexidade de equilibrar responsabilidades familiares e profissionais. Abordagem que se diferencia do olhar outrora romantizado de que as mulheres deveriam ver apenas o lado positivo da maternidade e encará-la como quase sempre um caminho obrigatório.

### **Enquadramento**



Quanto ao enquadramento, Goffman (1996) sugere que este não apenas seleciona quais eventos são dignos de cobertura, mas também molda a maneira como esses acontecimentos são interpretados pelos espectadores. Nesse sentido, as escolhas editoriais, como a linguagem utilizada, ângulos de reportagem e seleção de fontes colaboram na construção da informação, enquanto influenciam a percepção pública.

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, a emissora lançou a campanha SOS Mulher, focada no combate à violência, e exibiu reportagens e vídeos institucionais em toda a grade telejornalística, entre os dias 6 a 10 de março, além de promover uma ação social de prestação de serviços gratuitos em praça pública, na capital Teresina. Na quarta-feira, 8 de março, todos os telejornais da programação da Rede Clube foram apresentados exclusivamente por mulheres.

Neste ano, o material jornalístico tratou de tópicos como direitos das mulheres, respeito e empoderamento feminino. Devido ao enfoque da campanha S.O.S Mulher, o tema mais predominante foi a violência contra a mulher. No Bom Dia Piauí, o acolhimento de mulheres vítimas de violência ou abusos teve destaque e foi debatido em diferentes perspectivas.

Na reportagem especial sobre o que fazer após sofrer violência, a repórter Anielle Brandão iniciou seu texto falando da responsabilidade social de ouvir, respeitar, acolher, empoderar as mulheres e punir seus agressores, removendo estas vítimas de um local de culpa e vergonha. Além de conceder espaço aos relatos de superação de mulheres das mais diferentes classes sociais, raças e idades, a reportagem trouxe conteúdo informativo sobre locais de denúncia e centros de acolhimento.

Apesar da iniciativa de ter os telejornais apresentados por mulheres, nem todas as reportagens e entrevistas foram realizadas por elas. Entendemos a necessidade de considerar as circunstâncias da rotina de produção dos telejornais, entretanto, a preferência por um repórter do sexo masculino também tem algo a dizer. Em alguns destes momentos, onde os homens tomaram a frente, observamos que a ideia de empoderamento pode ser removida de contexto na falta de atenção aos detalhes na produção do texto. Desse modo, reforçamos a necessidade de dentro das redações as perspectivas de gênero serem cada vez mais discutidas. Cursos de formação contínuos poderiam auxiliar neste processo. O olhar sistêmico deve estar presente da produção da pauta ao resultado final do formato escolhido.



Para exemplificar, na reportagem exibida pelo BDPI sobre mulheres de destaque nas mais diversas áreas, o texto sugere uma maior sensibilização por parte das mulheres na função de policiais ao atender ocorrências em que uma mulher é a vítima. Esta ideia de que mulheres são mais sensíveis e frágeis tem sido perpetuada por anos, em uma ótica sexista, que as torna incapazes de lidar com situações delicadas. No caso dos homens, a empatia para com situações cotidianas não os enfraquece, mas nem sempre é tratada como uma habilidade que os mesmos precisam ter.

A fala é confrontada por uma das personagens, que acrescenta que não se deixa tomar pelas emoções em situações como estas. Aqui, levantamos o questionamento quanto a pertinência deste tópico para a construção do material, já que o propósito é o de destacar a atuação excepcional das mulheres, e não as diminuir nas entrelinhas.

A falta de novo material nos outros dois telejornais (Piauí TV 1ª Edição e Piauí TV 2ª Edição) nos conta sobre o enquadramento escolhido pela emissora, que apesar de abrir um espaço maior para discussões pertinentes e políticas no Dia Internacional da Mulher, acabou limitando este espaço ao decidir repetir o conteúdo do primeiro telejornal.

Ao contrário da série S.O.S Mulher de 2022 que fez algumas marcações que consideravam gênero sobre a perspectiva da raça e da idade, não percebemos esta construção com profundidade na série de 2023 e entedemos que explorá-la é reforçar a diversidade na qual as mulheres podem ser enquadradas.

### **Sugestão de melhorias**

A evolução da programação dos telejornais da Rede Clube reflete o comprometimento da emissora com questões sociais relevantes, a campanha SOS Mulher foi um avanço importante para a promoção dos direitos das mulheres e o combate à violência. Entretanto, a repetição do conteúdo do primeiro telejornal nos outros dois (Piauí TV 1ª Edição e Piauí TV 2ª Edição) limitou as possibilidades de discussões oferecidas aos espectadores.

Embora a presença feminina na apresentação dos telejornais seja um passo positivo na programação, a falta de participação de mulheres nas reportagens e entrevistas pode enfraquecer o impacto desejado. Garantir que mulheres conduzam e participem ativamente de todo o



processo de produção dos telejornais seria um passo que reforçaria a mensagem de empoderamento. Contudo, a estratégia poderia ser até melhor fortalecida se os telejornais conseguissem mostrar nuances dos bastidores como a quantidade de mulheres que colaboram na produção diária dos telejornais, a quantidade de mulheres em situação de chefia, ou seja, nos mostrassem como a própria empresa se articula com as mulheres. Não se restringindo apenas a uma data.

Também é importante garantir que a linguagem e o enquadramento das reportagens não perpetuem estereótipos ou visões sexistas. A reportagem que sugere que mulheres são mais sensíveis e, portanto, mais aptas a lidar com casos envolvendo vítimas femininas é um exemplo de como a narrativa pode reforçar estereótipos negativos. O foco deve estar em destacar a competência e o profissionalismo das mulheres em todas as áreas, sem reforçar uma ótica preconceituosa.

### **Considerações finais**

No 8 de março de 2023, os telejornais da Rede Clube mantiveram, em maioria, os formatos utilizados no ano anterior<sup>9</sup>, - reportagens especiais e entrevistas ao vivo -, cumprindo com as propostas destas ferramentas. Estes formatos foram pensados para destacar diferentes aspectos da vivência feminina, desde histórias de conquistas individuais até desafios enfrentados por mulheres em diversas áreas.

Quanto ao “ser mulher”, a grade telejornalística analisada conseguiu trazer uma variedade de perfis definidores, na cobertura de 2023, a personagem da “mulher forte” foi a mais pautada, em diferentes abordagens. Entretanto, em comparação com a cobertura do ano anterior nesta categoria, em 2023 houve um retrocesso quanto à representação de mulheres transgênero, além de uma representação de maior proximidade de figuras femininas.

---

<sup>9</sup> O trabalho O “ser mulher” em programas telejornalísticos da Rede Clube, apresentado durante o 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte e também de nossa autoria considera a as representações sociais em torno do “ser mulher” em programas telejornalísticos da Rede Clube, veiculados em 8 de março de 2022.



A programação de 2023 se destacou pelo conteúdo informativo e acolhedor, com reportagens como a especial sobre o que fazer após sofrer violência, que forneceu orientações práticas e informações vitais sobre recursos disponíveis para as vítimas.

A análise permitiu que identificássemos áreas de progresso e oportunidades para uma representação mais inclusiva, apontando possíveis caminhos para melhorias na categoria “sugestão de melhorias”, contribuindo para uma maior reflexão sobre o papel do telejornalismo na formação das percepções sociais.

## Referências

- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, p. 41–52, 2005.
- BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 601–607, dez. 2001.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p.9–35, 1. sem. 2005.
- DARDE, Vicente William da Silva; LEME, Fernando Albino. **Telejornalismo, narrativas e representações**: um estudo sobre o aniversário da cidade de São Paulo no SPTV. *RuMoRes*, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 288–309, 2016.
- DUARTE, Constância Lima. Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. **Revista XIX**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 95–105, 2017.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970 [1898].
- FARIAS, Leidiane Alves de. **Comunicação e feminismo**: experiências ciberfeministas no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes. 1985.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- JARDIM, Célia Regina Pinto. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010.
- JESUS, Cassiano Celestino de; ALMEIDA, Isis Furtado. O Movimento Feminista e as Redefinições da Mulher na Sociedade após a Segunda Guerra Mundial. **Boletim Historiar**, [S. l.], n. 14, 2016.
- KEBIAN, Giovana; SACRAMENTO, Igor. Silenciamento de mulheres jornalistas: gênero, violência e autointerdição. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 21, n. 1, p. 1–14, jan./jun. 2024.
- MAZOTTE, Natália. TOSTE, Verônica. (coords.). **Mulheres no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Abraji e Gênero e Número, 2017.



MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska. A (ausência da) mulher como sujeitos nos/ dos telejornais: um deserto noticioso que contribui para a desinformação. *In*: PEREIRA, Ariane *et al.* (org).

**Qualificação da informação telejornalística**: Propostas teórico-metodológicas de combate à desinformação. 1.ed. Florianópolis: Insular, 2022, v.14, p.145-166.

PINHEIRO FILHO, Fernando. A noção de representação em Durkheim. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 61, p. 139–155, 2004.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. *In*: SILVA, Zélia Lopes (org.). **Cultura história em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81–91.

ROCHA, Luis Fernando. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia**: Ciência e Profissão, Brasília, v. 34, n. 1, p. 46–65, jan. 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. **Feminismo no Brasil**: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre modos de produção das notícias. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOIHET, Rachel. A história das mulheres: cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7–30, 2001.

SOUZA, Lidiane Aparecida Silva de. **Imprensa feminina**: a mulher vista nas páginas das revistas. 2002. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002.

VIZEU, André. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 77-83, 2009.